

## Os Limites da Democracia

### The Limits of Democracy

Og F. Leme\*

\* Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ).

#### Resumo

Os limites da democracia, analisados neste texto, abordam a diferenciação entre democracia como processo político de decisões coletivas e ordem liberal como organização social empenhada na efetiva preservação do processo de decisões livres e responsáveis. O artigo finaliza com a advertência de James Buchanan: “o socialismo morreu, mas o espírito do Leviatã continua vivo.”

**Palavras-chave:** democracia; liberalismo; Estado mínimo; público; privado

#### Abstract

*The limits of democracy, analysed in this text, deal with the differentiation between democracy as a political process of collective decisions and liberal order as social organization engaged in the effective preservation of the process of free and responsible decisions. The article finishes with James Buchanan's advise: "socialism is dead, but Leviatan's spirit is still alive."*

**Key words:** democracy; liberalism; minimal state; the public; the private.

A democracia é hoje popular nos quatro cantos da terra. Isso não quer dizer, lamentavelmente, que sua adoção seja universal. Tampouco significa que, onde é adotada, o seja de maneira competente. Na realidade, a democracia tem sido *nominalmente* reivindicada por tiranias, ditaduras e outras formas despóticas de governo e, em países onde realmente existe, ainda que precariamente como no Brasil, seus métodos têm sido usados em situações inadmissíveis. Por exemplo, o assembleísmo e as decisões por votação têm sido levados, por incrível que possa parecer, ao processo decisório familiar e empresarial.

Por outro lado, na “voz do povo”, a democracia aparece como sinônimo de *liberdade individual*, quando de fato é a *igualdade* que lhe cai melhor como companhia. Ou, então, é vista como geradora de progresso material, quando na realidade a prosperidade decorre da liberdade econômica e da existência de instituições capazes de tornar efetiva não apenas essa liberdade, mas também os direitos de propriedade individual e os acordos pactuados entre os cidadãos.

É necessário que desde logo se entenda a radical diferença entre *democracia*, como processo político de decisões coletivas, e *ordem liberal* como organização social empenhada na efetiva preservação do processo de decisões individuais livres e responsáveis. Ortega Y Gasset há muito tempo esclareceu-nos a respeito dessa diferença, dizendo-nos que democracia e liberalismo respondem a perguntas diferentes. A primeira, ao perguntar “a quem pertence o governo”, responde – “ao povo”; a segunda pergunta “como se pode limitar os

poderes do governo para que a liberdade individual seja preservada?” E tem respondido “com a adoção de instituições como o Estado de direito e a economia de mercado, e de princípios, como o da subsidiariedade e da divisão dos poderes públicos.”

Embora representando coisas diversas, democracia e ordem liberal podem conviver em simbiose na prática e, quando isso acontece, surge a figura da liberal-democracia. Mas essa convivência não é sempre harmoniosa; pode mesmo chegar ao conflito, como tão bem nos mostrou Norberto Bobbio em seu livro *Liberalismo e Democracia*. Na realidade há uma relação antinômica constitutiva entre eles, porque, privilegiando a igualdade, a democracia pede *mais* governo, ao passo que a ordem liberal, preocupada com a liberdade, requer menos governo. Assim, para conviverem em paz, democracia e ordem liberal devem ter limites.

Talvez a maneira mais direta e fácil de identificar esses limites seja a seguinte: em qualquer sociedade há sempre dois grandes grupos de problemas – os que podem ser solucionados pelos indivíduos, isoladamente ou interagindo com seus pares e que dependem, portanto, de *decisões individuais*; e os que transcendem os interesses e possibilidades individuais, dependendo, então, de *decisões coletivas*. A economia de mercado e o cotidiano familiar ilustram a primeira situação; a segunda é típica do processo político, no qual os indivíduos têm que chegar a um acordo entre si para, afinal, decidirem, como se fossem uma unidade, pois o resultado influenciará a vida de toda a comunidade.

A questão, portanto, se resume em saber quê

problema pode ser solucionado ou decidido autonomamente pelos indivíduos, sem interferência do setor público, e que problema transcende a competência pessoal, devendo ser solucionado pelo processo político de decisões coletivas. É este último problema que deve ser objeto da democracia; nada mais.

Para os liberais, a divisão de trabalho entre o processo de decisões individuais e o processo político de decisões coletivas é simples: tudo que puder ser feito pelo primeiro, a custos sociais aceitáveis, não deve ser delegado ao segundo. É uma razão suficiente: o processo político é provavelmente o mais precário dos processos sociais, é ameaça permanente à liberdade e à prosperidade, além de padecer de irresistível atração pela corrupção. Na verdade, é tão incompetente quanto é indispensável, isto é, trata-se de mal necessário e, nessa condição, quanto menor, melhor. Em síntese, o melhor é o *Estado mínimo*, cuja contrapartida é a minimização do próprio processo político.

Continua de pé a pergunta: quais os problemas, afinal, que não são passíveis de solução individual? Quem responde é o economista: são aqueles que deixados a cargo do mercado, não aliviarão a escassez de certos bens de serviços (por exemplo, educação e saúde) e poderiam agravar a presença de certas situações indesejáveis (por exemplo, poluição, extinção de espécies animais). A situação indesejável de se ter menos daquilo que se necessita ou de se ter mais daquilo que não se quer é identificada pela ciência econômica em três casos: o das *externalidades*, quando a ação de um indivíduo tem repercussões positivas ou negativas sobre outras pessoas; o caso dos *bens públicos*, quando não se pode separar custos e benefícios sociais e individuais; e o caso, cada vez mais importante dos *monopólios naturais*. Exemplos clássicos de bem público são a defesa nacional e a segurança interna. O setor das chamadas utilidades públicas sempre ofereceu os melhores exemplos de monopólios naturais ou técnicos: energia, água, gás, telefone, ferrovias. Com

as inovações tecnológicas, cada vez há menos razão para o setor público operar nesses campos. Finalmente, diminui também a justificativa para a presença do governo nos casos de externalidades, na medida em que os direitos de propriedade vão sendo mais bem definidos e eficazes.

É claro que os adoradores do estado e partidários do governo-babá jamais aceitarão essa proposta de divisão de trabalho entre os setores público e privado. Continuarão lembrando os “excluídos”, os “sem-terra” e os desvalidos em geral. Não se convencerão da evidência que nos vem sobretudo dos países do chamado primeiro mundo, de acordo com a qual a intervenção estatal tem sido uma fracasso sistemático. Esse fracasso não sem tem limitado à inépcia abrangente do *welfare state*; ele vai além, criando novos – quando não maiores – problemas. Um exemplo apenas para apoiar a minha última afirmação:

Há muito mais de 30 anos, o Presidente Johnson, dos Estados Unidos, criou seu demagógico programa de “combate à pobreza”. Passada uma geração, verificou-se que os 6,4 trilhões(!) de dólares gastos não conseguiram diminuir a pobreza “oficial”; na realidade, ela aumentou um pouco. Além disso, inaugurou-se um novo tipo de pobreza, chamada “pobreza comportamental”, da qual são protagonistas principais os desempregados profissionais e as mães solteiras profissionais. Nesses mais de 30 anos diminuiu (estatisticamente) a criminalidade americana, mas vem aumentando a criminalidade juvenil, cujos agentes são filhos de lares desfeitos, de mães solteiras e desocupados profissionais.

Apesar da crescente evidência contra a incompetência do processo político comparativamente ao processo de decisões individuais, continuam ativíssimos os movimentos intervencionistas, confirmando a atualidade da conhecida frase do Prêmio Nobel, James Buchanan, que, ao referir-se ao fracasso do socialismo real, deixou no ar uma advertência: “o socialismo morreu, mas o espírito de Leviatã continua vivo...”.